



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

**- ATA -
REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS
RELEVANTES**

Dia: 15 de abril de 2016

Joinville - SC

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes – COPAJURE

Dia: 15/04/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Auditório do Bourbon Joinville Business Hotel – Rua Visconde de Taunay, 275 – Centro – Joinville - Santa Catarina.

1 Às quatorze horas do dia quinze de abril de dois mil e dezesseis, na cidade de Joinville/SC,
2 deu-se início a Reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais
3 Relevantes – COPAJURE, Fizeram-se presentes: a Sra. Ana Paula Barros Edington
4 (CONJUR/MTPS); o Sr. Herickson Rubim Rangel (ANEPREM); a Sr. Iza Amélia de Castro
5 Albuquerque (Município de Manaus); a Sra. Talita França (SPPREV); o Sr. Leonardo da Silva
6 Motta (MTPS); a Sra. Majoly Aline dos Anjos Hardy (Município de Curitiba); a Sra. Milena
7 Guilherme Dias Barcelos (Goiásprev); o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS); a Sra. Raquel
8 Galvão Rodrigues da Silva (IPREV/DF); e a Sra. Roberta Cabral Medeiros (ABIPEM). A
9 Reunião foi aberta pelo Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS), que retomou o momento em
10 que ocorreu a última reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações
11 Judiciais Relevantes aos RPPS (COPAJURE), a saber, no mês de agosto, e lembrou também
12 que não houve nova reunião no mês de dezembro, mas que foi realizada a eleição, na última
13 reunião do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social
14 (CONAPREV), dos novos membros. Após, ao mencionar o Estatuto, o Sr. Narlon Gutierre
15 Nogueira (MTPS) priorizou a questão da escolha do Coordenador e Vice-Coordenador, uma
16 vez que o Sr. José Roberto de Moraes (SPPREV) declarou que não permaneceria nessa função.
17 Assim sendo, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) perguntou se alguém estaria disposto a
18 exercer essas funções, ressaltando que seria interessante a disposição de pessoas pertencentes
19 ao grupo de representantes. Ademais, ressaltou que, para o presente momento, é importante
20 refletir na linha de atuação da Comissão e naquilo que é viável cumprir. Em prosseguimento,
21 a Sra. Majoly Aline dos Anjos Hardy (Município de Curitiba) tomou a palavra e enfatizou as
22 seguintes atividades: o efetivo trabalho nos julgamentos, as ações em pauta e a comunicação
23 com o CONAPREV. Ao retomar a palavra, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) acentuou
24 serem essas as intenções, apesar da possibilidade de não terem sido praticadas. Logo, sugeriu

25 a releitura das ações consideradas relevantes, a depuração dessas e o envio de comunicado
26 para os conselheiros do CONAPREV, informando sobre a importância desse trabalho, assim
27 como da urgente necessidade das Procuradorias, com o apoio da União, considerarem o
28 cumprimento dessas ações. Além disso, fazer uma síntese, preparar um Ofício, enviá-lo às
29 Associações com vistas aos Municípios. Ao fazer uso da palavra, a Sra. Thalita França
30 (SPPREV) rememorou as anotações realizadas em agosto de dois mil e treze, nas quais
31 constam as medidas, juntamente com o CRI e o COMAC, que não ocorreram. Ademais,
32 questionou sobre a continuidade ou não dessas medidas e salientou uma segunda nota – o
33 ingresso nas ações. Ao ser questionada sobre a quantidade dos Estados que cumpriram as
34 reuniões, a Sra. Thalita França (SPPREV) informou o número de quatorze Estados. Após esse
35 informe, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) sugeriu fazer um comunicado, um resumo
36 das ações realizadas, das propostas e das pendências, a fim de rememorar os Estados acerca
37 da importância da realização dessas reuniões. Ao retomar a palavra, a Sra. Thalita França
38 (SPPREV) asseverou, para o cumprimento desse trabalho, a necessidade do envolvimento de
39 todos. Em seguida, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS), informou que houve uma
40 audiência com o Ministro Barroso por intermédio da Associação Nacional de Entidades de
41 Previdência dos Estados e Municípios (ANEPREM), e ainda com os Ministros Dias Toffoli e
42 Teori Zavascki para tratar da questão do CRP, porém, não se tratou das ações e dos temas
43 relevantes. Ao fazer uso da palavra, a Sra. Thalita França (SPPREV) acrescentou que, na
44 Câmara Técnica, existe a possibilidade de observar os resultados, a relação dos procedimentos
45 adotados, assim como o resultado das reuniões com as Procuradorias. Após, o Sr. Herickson
46 Rubim Rangel (ANEPREM) questionou sobre as ações que possíveis de revogação. Em
47 resposta, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) comentou sobre uma relação que contém as
48 várias ações, sobre o acompanhamento dessas ações, sobre um levantamento que identifica as
49 mais relevantes. Em prosseguimento, a Sra. Thalita França (SPPREV) mencionou o tema
50 prioritário, a manutenção da pauta e as medidas anteriores às ações. Ao retomar a palavra, o Sr.
51 Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) sugeriu visitar os Conselhos, os Órgãos, com a definição
52 prévia do que será debatido. A Sra. Raquel Galvão (IPREV/DF), ao fazer uso da palavra,
53 notou a importância da reunião com os Ministros. Diante disso, o Sr. Narlon Gutierre
54 Nogueira (MTPS) indagou se as visitas deveriam ser adiadas e, além disso, mencionou sobre
55 a participação de um representante da Secretaria-Geral do Cotencioso - SGCT e sobre a
56 necessidade de uma reunião para compartilhar o objetivo da missão. Tomou a palavra o Sr.
57 Leonardo Motta (MTPS) e comentou acerca do envio do Regimento da Comissão a fim de
58 compreender o funcionamento, a composição, o objetivo. Dando continuidade, o Sr. Narlon

59 Gutierre Nogueira (MTPS) apresentou as Sra. Majoly Hardy (Município de Curitiba) como
60 Coordenadora do grupo e o Sr. Herickson Rubim Rangel, da ANEPREM, como vice-
61 Coordenador. Ademais, salientou sobre a motivação de recuperar as iniciativas de outrora. A
62 fim de se situar, o Sr. Herickson Rubim Rangel indagou sobre a ação-alvo, com intuito de
63 estudá-la e investigar o seu julgamento. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) ressaltou que
64 é uma alternativa para uma Audiência. O intuito é salientar os impactos da ação e observar os
65 Estados interessados em realizá-las. Ao tomar a palavra, a Sra. Iza Amélia de Castro
66 Albuquerque (Município de Manaus) indagou se compete ao CONAPREV ou a Comissão
67 listar as ações relevantes, definir as prioridades. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS),
68 informou que das trinta e quatro enumerações, selecionou o primeiro e segundo item. A Sra.
69 Thalita França (SPPREV) recordou o critério da escolha baseados no parecer da Instituição
70 das Unidades Gestoras. Comentou sobre uma lista que contém diversos assuntos. O Sr. Narlon
71 Gutierre Nogueira (MTPS), diante disso, sugeriu a escolha de quatro ou cinco assuntos. A Sra.
72 Thalita, ao retomar a palavra, comentou sobre critérios para a escolha e salientou que, se não
73 discutir a manutenção das Unidades Gestoras, não há possibilidade de discutir outros itens.
74 Ao fazer uso da palavra, a Sra. Roberta Cabral Medeiros (ABIPEM), considerou a elaboração
75 de um discurso geral, baseado em ações prioritárias, a fim de tornar útil, aproveitável, cada
76 visita. **Dando continuidade, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) sugeriu a elaboração de**
77 **um material baseado em um Regimento próprio, um material voltado para a contextualização,**
78 **ou seja, que discorra sobre o CONAPREV, sobre a Comissão. Rememorou que existe um**
79 **similar voltado para a questão do CRP, o qual poderia ser adaptado para esse fim.** No que
80 concerne às audiências, considerou importante debater os temas prioritários, conhecer os
81 Relatores, visitá-los e apresentar a visão da Comissão. Ademais, salientou que esse material
82 passaria pelo crivo de um Assessor que o analisará e dará andamento. Sugeriu o Sr. Nei Brum
83 (PGE/RS) como representante do Colégio de Procuradores nas Audiências. E também um
84 representante da SGCT e da Comissão. A Sra. Majoly Aline dos Anjos Hardy (Município de
85 Curitiba), questionou se as reuniões com os Ministros foram gravadas. Em resposta, o Sr.
86 Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) informou que não. A Sra. Thalita França (SPPREV) notou
87 ser fundamental a obtenção de uma autorização unânime de todos os Estados. Comentou
88 sobre pontuar esse material, repassá-lo às Unidades pendentes e gerar uma estratégia para a
89 autorização da Procuradoria Geral do Estado. Acerca disso, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira
90 (MTPS) sugeriu identificar as primeiras ações e ressaltou que a primeira ação refere-se à
91 Unidade Gestora. Além disso, mencionou materiais que poderiam ser encaminhados ao
92 CONAPREV. Sugeriu também o estabelecimento de prazo para a análise desse material e

93 ressaltou que, na ausência de retorno, entender-se-á que houve tácita aceitação, uma vez que
94 se trata de um subsídio técnico, uma uniformidade de argumentação. Em prosseguimento, a
95 Sra. Thalita França (SPPREV) retomou a fala salientando a necessidade de uma consultoria.
96 Tomou a palavra a Sra. Roberta Cabral Medeiros (ABIPEM), que expressou concordância e
97 comentou que as ações devem alcançar o mesmo objetivo e que a ação prioritária é a visita, a
98 argumentação ou o diálogo. Ademais, mencionou a COPAJURE, o CONAPREV e a pessoa
99 do Procurador-Geral, observando a necessidade de uma estratégia. O Sr. Narlon Gutierre
100 Nogueira (MTPS) considerou os dois pareceres corretos, salientando a importância de obter
101 Procuradorias que concordem e fortaleçam a tese. Ressaltou que, caso não haja um retorno,
102 haverá um impedimento para a realização da atividade. Concluiu que se deve preparar a
103 síntese, enviá-la para o CONAPREV, estabelecer um prazo, a fim de obter o retorno da
104 Procuradoria. Em prosseguimento, a Sra. Roberta Cabral Medeiros (ABIPEM), questionou
105 sobre qualquer respaldo, algum e-mail. Em resposta, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS)
106 respondeu que, na época, foi redigida, apenas, a Ata. Ademais, comentou sobre a existência de
107 um Ofício. Dando continuidade, a Sra. Thalita França (SPPREV) discorreu sobre a
108 necessidade de um registro do próprio Ministério e da necessidade da colaboração dos
109 Estados. A Sra. Roberta Cabral Medeiros (ABIPEM) comentou sobre a documentação desse
110 exercício e sobre o envio para o CONAPREV. A Sra. Thalita França (SPPREV) considerou o
111 laudo que indica o processo em andamento, mas enfatizou que não é possível prever o
112 andamento do processo. Aproveitou para salientar que o periférico não é o principal.
113 Complementou sobre os seguintes eventos: Congressos e Seminários, e atentou para o fato de
114 aproveitar esses momentos para compartilhar os informes da COPAJURE. Salientou que uma
115 ação-piloto poderia ser feita em Curitiba. Após, a Sra. Majoly Aline dos Anjos Hardy
116 (Município de Curitiba), explanou ter em vista um evento, salientou a contínua apresentação
117 das ideias e do trabalho e salientou que o encaminhamento das ações deve ser continuamente
118 apresentado. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) comentou sobre a participação nos
119 eventos ocorridos em dois mil e quatorze e dois mil e quinze, onde foram apresentadas as
120 iniciativas em andamento, iniciativas do CONAPREV. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira
121 (MTPS) comentou sobre a reclamação por causa da Súmula Vinculante 33, uma reclamação
122 contra um ato do Conselho e do Ministério do Planejamento. A Sra. Majoly Aline dos Anjos
123 Hardy (Curitiba) notou que, às vezes, um Município pequeno, o micro, obtém melhores
124 resultados, devido ao estreitamento entre Procuradoria e o Município. A Sra. Thalita França
125 (SPPREV) mostrou preocupação com as Procuradorias, sugerindo um estudo da Magistratura
126 salientando que o parecer do Ministro pode gerar diferentes resultados, inclusive o de

127 congelamento das ações. Em prosseguimento, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS)
128 discorreu sobre a Unidade Gestora Única dessas ações. Apresentou uma reflexão sobre a
129 antecipação do julgamento. Comentou sobre a estruturação institucional dessas ações. O Sr.
130 Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) comentou sobre os desequilíbrios dos regimes próprios,
131 sobre a necessidade de resolver o problema do déficit setorial, o qual deve ser arcado por
132 todos os poderes. Ressaltou que, à medida que o orçamento for impactado, haverá um parecer
133 diferenciado no que diz respeito à responsabilidade previdenciária. A Sra. Thalita França
134 (SPPREV) tomou a palavra e recordou a sugestão feita para que, por meio do CNJ, a Unidade
135 Gestora possa ser encaminhada ao Congresso. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS), ao
136 fazer uso da palavra, observou que houve uma reunião com o Presidente do CNJ, com a
137 Direção desse órgão, a fim de discutir temas relacionados à Previdência e à Unidade Gestora.
138 A Sra. Thalita França (SPPREV) mencionou o Poder Judiciário e o Sr. Narlon Gutierre
139 Nogueira (MTPS) discorreu sobre o trabalho realizado em Rondônia, segundo ele, Rondônia
140 aprovou uma Lei que permitiu o ingresso dos Poderes com vistas à estruturação da Unidade
141 Gestora. No entanto, o Ministério Público (MP) retrucou com uma ação. A Sra. Milena
142 Guilherme Dias Barcelos (GOIÁSPREV), comentou que o mesmo fato ocorreu no Espírito
143 Santo. Acrescentou que, após a concessão, os Magistrados e os membros do Ministério
144 Público efetivaram uma liminar que não obteve continuidade. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira
145 (MTPS) ponderou sobre uma Lei aprovada no Espírito Santo, a qual excluía os Magistrados e
146 os membros do Ministério Público da Unidade Gestora Única, logo, não existe consideráveis
147 avanços devido ao problema com o CRP. Ademais, discorreu que o Estado até almeja ter uma
148 Unidade, mas se depara com dificuldades; por isso, avança gradualmente. Advertiu que não se
149 sabe se é prudente pautar uma ação, a fim de ser julgada, ou deixar que essa ação permaneça
150 em estado passivo até que se tenha uma posição efetiva, consolidada. A Sra. Iza Amélia de
151 Castro Albuquerque (Município de Manaus), considerou essa questão estratégica. Mencionou
152 a incondicionalidade do Parágrafo 40 da Constituição. Além disso, mencionou o déficit de
153 arrecadação do Ministério Público e que a Unidade Gestora encontra-se em dificuldade por
154 causa desse déficit. A Sra. Thalita França (SPPREV) comentou que, tanto o Poder Judiciário
155 quanto o Legislativo prejudicam a visão do real encargo. Comentou sobre São Paulo e sobre
156 as atuações voltadas para a Comissão de Ações Judiciais. Por fim, comentou a dinâmica do
157 Tribunal de Contas. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) retomou a palavra e observou
158 um dos itens importantes: a Unidade Gestora Única. A Sra. Milena Guilherme Dias Barcelos
159 (GOIÁSPREV), tomou a palavra e comentou sobre a centralização das informações
160 publicamente. Ressaltou que existe uma falta de confiança dos representantes do Judiciário e

161 do Legislativo. Enfatizou que essa centralização depende do Auditor de Contas do TCE.
162 Comentou que o objetivo é impactar a área do regime dos servidores públicos, mas que o
163 Legislativo e o Judiciário não deram andamento. Discorreu sobre a aplicação das regras e
164 ressaltou a questão do pacto financeiro. A Sra. Iza Amélia de Castro Albuquerque (Município
165 de Manaus), tomou a palavra e comentou sobre a criação de outras unidades de estudos.
166 Ademais observou a questão da compensação previdenciária. Mencionou a perda financeira
167 do ente. Ressaltou que, nesse caso, não existe uma unidade gestora. O Sr. Narlon Gutierre
168 Nogueira (MTPS) questionou sobre a realização desse trabalho do Distrito Federal. A Sra.
169 Raquel Galvão Rodrigues da Silva (IPREV/DF) respondeu que as concessões são tópicos
170 setoriais; que não existe um quadro próprio. Comentou sobre a decisão do Tribunal de Contas
171 em fazer as construções, a Gestão para a Previdência. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS)
172 discorreu sobre a Auditoria Coordenada, feita nos Tribunais de Contas. Além disso, ressaltou
173 a necessidade de um painel da situação do País. Observou que o TCU pode consolidar isso,
174 publicar um relatório, aprovar um acórdão, divulgar e emitir recomendações. No que concerne
175 à Unidade Gestora, observou que pode aguardar o andamento dessa Auditoria coordenada.
176 Prosseguindo, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS), observou a existência de cinco textos,
177 um deles relacionado à questão das pensões. A Sra. Iza Amélia de Castro Albuquerque
178 (Município de Manaus), notou a questão da aposentadoria especial da guarda. O Sr. Narlon
179 Gutierre Nogueira (MTPS) comentou sobre os resultados, julgando-os intermediários. A Sra.
180 Thalita França (SPPREV) mencionou sobre as contribuições do DF e de São Paulo, sobre
181 itens da Legislação, como o Parágrafo 40, os quais diferenciam a concessão de aposentadoria
182 para quem faz uso do Plano de Previdência. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS)
183 comentou sobre a possibilidade de fazer uma nova relação, de prioritárias. A Sra. Raquel
184 Galvão Rodrigues da Silva (IPREV/DF) discorreu sobre o andamento do processo. A Sra.
185 Majoly Aline dos Anjos Hardy (Município de Curitiba), atualizou o Relatório e advertiu evitar
186 tratar de assuntos que envolvem Juízes e Promotores. Em prosseguimento, o Sr. Narlon
187 Gutierre Nogueira (MTPS) observou a necessidade de a Coordenação ser ocupada por pessoas
188 que atuem diretamente com as Procuradorias. Neste sentido, sugeriu a Sra. Thalita França
189 (SPPREV) como Vice-Coordenadora. A Sra. Majoly Aline dos Anjos Hardy (Município de
190 Curitiba) concluiu que é necessário atualizar a lista, redefinir os temas. A Sra. Majoly Aline
191 dos Anjos Hardy (Município de Curitiba) ressaltou que são muitos Municípios, que o Tribunal
192 de Contas pertence ao grupo e que ademais, considera melhor que se decida as ações. A Sra.
193 Iza Amélia de Castro Albuquerque (Município de Manaus) sugeriu atualizar a interação com a
194 Previdência e com o CONAPREV. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) sugeriu aos

195 membros da Comissão, cadastro a fim de que os dados sejam recuperados no “puxe”, pois
196 auxiliará no acompanhamento pelo Ministério. Ressaltou sobre o cuidado com o acúmulo de
197 ações para não incorrer no risco de não concretizá-las. Comentou sobre as ações que tramitam
198 nos Tribunais Superiores e ressaltou a necessidade de apoio das Associações. Sugeriu também
199 a observação das ações mais frequentes na base dos regimes próprios, como, por exemplo, as
200 ações de aposentadoria especial, a fim de estruturar algo. Após, a Sra. Thalita França
201 (SPPREV) tomou a palavra, afirmando estar de acordo com o Sr. Narlon Gutierre Nogueira
202 (MTPS) e ressaltou que a sua Procuradoria analisou as maiores demandas de ações e verificou
203 o que havia sido consolidado. Assim, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) solicitou o
204 compartilhamento desse material, a fim de verificar o seu formato, e observou a necessidade
205 de fazer um levantamento, com o CONAPREV, sobre a atuação das Procuradorias, pois assim
206 é possível que se tenha um mapa dessas ações no País. A Sra. Thalita França (SPPREV)
207 retomou a palavra e discorreu sobre a cobrança das contribuições sociais e o processo de
208 maturação do grupo como Unidade Gestora. Ademais, relatou que existe a necessidade da
209 arrecadação e que o seu grupo pode atuar no sentido de tirar dúvidas e, com isso, contribuir
210 para que o FGTS consiga maior arrecadação. Comentou ainda sobre a liberdade para a
211 aplicação das contribuições previdenciárias e da precisão de elaborar uma estratégia. Acerca
212 disso, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) indagou se são contribuições voltadas ou não
213 para o Regime Geral. Em prosseguimento, a Sra. Thalita França (SPPREV) discorreu sobre
214 averbação e ações judiciais e ressaltou que as orientações sobre esse assunto foram
215 esclarecidas no último CONAPREV. A partir disso, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS)
216 comentou sobre a desaverbação. Em seguida, fez uso da palavra a Sra. Raquel Galvão
217 Rodrigues da Silva (IPREV/DF) discorrendo sobre a compensação e um trabalho realizado
218 em Brasília a partir da desaverbação. Ressaltou o problema da falta de uma Unidade Gestora.
219 O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) discorreu sobre o período de INSS, o processo de
220 averbação e a emissão de Certidão. A Sra. Iza Amélia de Castro Albuquerque (Município de
221 Manaus) destacou sobre a questão da averbação na Certidão e a impossibilidade de
222 compensação, o que remete à desaverbação. A Sra. Raquel Galvão Rodrigues da Silva
223 (IPREV/DF) expôs que o Órgão recebe a Certidão, averba o tempo de serviço do servidor,
224 emite um mapa da aposentadoria, mas não há a possibilidade de reivindicar o tempo do INSS
225 haja vista a averbação, daí surge o problema, pois as Secretarias é quem recebem as Certidões.
226 A Sra. Iza Amélia de Castro Albuquerque (Município de Manaus), acrescentou que somente
227 depois que a pessoa aposenta é que se detecta essa situação. A Sra. Milena Guilherme Dias
228 Barcelos (GOIÁSPREV) ilustrou esse fato com um exemplo de um Delegado da Polícia

229 Federal. A Sra. Raquel Galvão Rodrigues da Silva (IPREV/DF) retomou o tema compensação
230 e disse que é necessário retirar do Órgão essa competência, que as Secretarias averbavam,
231 mas, agora, não averbam mais. Acerca disso, a Sra. Milena Guilherme Dias Barcelos
232 (GOIÁSPREV) alertou que uma pessoa pode fazer novamente uso do tempo do Regime Geral.
233 O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) asseverou que o controle das averbações pode
234 promover uma rigidez futura. O Sr. Herickson Rubim Rangel (ANEPREM) comentou sobre a
235 análise do período diante do pedido de concessão. A Sra. Milena Guilherme Dias Barcelos
236 (GOIÁSPREV) ilustrou um caso da GOIÁSPREV acerca de averbações questionadas pelo
237 Ministério Público. Acerca da desaverbação, a Sra. Iza Amélia de Castro Albuquerque
238 (Município de Manaus), comentou que a Procuradoria Especializada impediu esse
239 procedimento. Em prosseguimento, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS) retomou a
240 organização das ações e ressaltou a produção de um Ofício para os Secretários Estaduais, a
241 fim de suscitar a atuação com as Procuradorias. Retomou também a relação das ações e
242 determinou recursos humanos para a realização deste trabalho: o de depuração e identificação
243 de prioridades. Solicitou que a Sra. Thalita França (SPPREV) compartilhasse o levantamento
244 da Procuradoria do Estado de São Paulo e que repassasse esses resultados para o CONAPREV.
245 A Sra. Thalita França (SPPREV) comunicou a realização de um evento em junho, o Evento
246 Nacional, e sugeriu colocar na pauta uma palestra que envolva esse assunto. O Sr. Narlon
247 Gutierre Nogueira (MTPS) acrescentou que poderia considerar a ABIPEM em junho e a
248 ANEPREM no segundo semestre. Além disso, confeccionar um painel para expor as ações
249 produzidas. A Sra. Roberta Cabral de Medeiros (ABIPEM) ressaltou o envolvimento dos
250 Municípios, pois são poucas as ações realizadas. O Sr. Narlon Gutierre Nogueira (MTPS)
251 distribuiu tarefas e convocou a Sra. Ana Paula para reestabelecer o contato com a SGCT.
252 Além disso, sugeriu o Sr. Nei Fernando Marques Brum (PGE/RS) para trabalhar com a
253 Comissão. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhuma manifestação, Sr. Narlon
254 Gutierre Nogueira (MTPS) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.